

GRAMÁTICA NORMATIVA E ENSINO: EM BUSCA DO EQUILÍBRIO PARA A CIDADANIA LINGUÍSTICA

Rita Ferreira Marcelino Vasconcelos¹

Universidade Estadual do Piauí-UESPI

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-7426-6615>.

E-MAIL: ritavasconcelos@aluno.uespi.br.

Nize da Rocha Santos Paraguassu Martins²

Universidade Estadual do Piauí-UESPI

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6347-7293>.

E-MAIL: nizeparaguassu@cchl.uespi.br.

RESUMO

Este estudo analisa o ensino de gramática normativa no Brasil a partir do artigo *Gramática e ensino*, de Carlos Alberto Faraco, por meio de pesquisa qualitativa de caráter bibliográfico. Investigam-se as raízes históricas do modelo prescritivo — da *Tékhne Grammatiké* e da pedagogia de Quintiliano ao *Ratio Studiorum* e à ruptura comeniana — articulando-as com uma tradição crítica da linguística aplicada brasileira que vai das propostas fundadoras de Geraldi (1984) e Perini (1995) às contribuições mais recentes de Antunes (2014) e Neves (2025). A análise organiza-se em três eixos: a permanência do anacronismo prescritivo nas escolas brasileiras; o diálogo entre as perspectivas reflexiva, científica e funcional como alternativas ao modelo tradicional; e a crise de identidade docente como obstáculo concreto à mudança de paradigma. Defende-se que superar o ensino pautado na memorização de regras e nomenclaturas exige uma abordagem normativo-funcional, capaz de equilibrar o domínio da norma-padrão com a conscientização sobre a variação linguística — condição necessária para a formação do estudante como sujeito dotado de plena cidadania linguística.

Palavras-chave: Ensino; Gramática normativa; Historiografia linguística; Variação linguística; Cidadania linguística.

¹ Aluna do Mestrado Profissional em Letras (PROFLETRAS), da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Campus Torquato Neto. Bolsista Capes. Professora de Língua Portuguesa da Educação Básica da rede Estadual e Municipal do Piauí, na cidade de Castelo do Piauí.

² Docente do curso de Letras/Língua Portuguesa do Centro de Ciências, Humanas e Letras da Universidade Estadual do Piauí e do Programa de Mestrado Profissional em Letras (Profletras) Campus Torquato Neto. Teresina Piauí- PI.

NORMATIVE GRAMMAR AND TEACHING: IN SEARCH OF BALANCE FOR LINGUISTIC CITIZENSHIP

ABSTRACT

This study analyzes grammar teaching in Brazil through a qualitative bibliographic research approach, drawing on Carlos Alberto Faraco's article *Gramática e ensino*. It investigates the historical roots of the prescriptive model — from the *Tékhne Grammatiké* and the pedagogy of Quintilian through the *Ratio Studiorum* to the Comenian rupture — articulating them with a critical tradition in Brazilian applied linguistics that spans from the foundational proposals of Geraldi (1984) and Perini (1995) to the more recent contributions of Antunes (2014) and Neves (2025). The analysis is organized around three axes: the persistence of prescriptive anachronism in Brazilian schools; the dialogue among reflective, scientific, and functional perspectives as alternatives to the traditional model; and the crisis of teacher professional identity as a concrete obstacle to paradigm change. It is argued that overcoming a model based on the memorization of rules and nomenclature requires a normative-functional approach, capable of balancing mastery of the standard norm with awareness of linguistic variation — a necessary condition for educating students as subjects endowed with full linguistic citizenship.

Keywords: Teaching; Normative grammar; Linguistic historiography; Linguistic variation; Linguistic citizenship.

GRAMÁTICA NORMATIVA Y ENSEÑANZA: EN BUSCA DEL EQUILIBRIO PARA LA CIUDADANÍA LINGÜÍSTICA

RESUMEN

Este estudio analiza la enseñanza de la gramática normativa en Brasil a partir del artículo *Gramática e ensino*, de Carlos Alberto Faraco, mediante una investigación cualitativa de carácter bibliográfico. Se examinan las raíces históricas del modelo prescriptivo —desde la *Tékhne Grammatiké* y la pedagogía de Quintiliano hasta la *Ratio Studiorum* y la ruptura comeniana—, articulándolas con una tradición crítica de la lingüística aplicada brasileña que abarca desde las propuestas fundacionales de Geraldi (1984) y Perini (1995) hasta las contribuciones más recientes de Antunes (2014) y Neves (2025). El análisis se organiza en tres ejes: la permanencia del anacronismo prescriptivo en las escuelas brasileñas; el diálogo entre las perspectivas reflexivas, científica y funcional como alternativas al modelo tradicional; y la crisis de identidad docente como obstáculo concreto para el cambio de paradigma. Se sostiene que superar una enseñanza basada en la memorización de reglas y nomenclaturas requiere un enfoque normativo-funcional, capaz de equilibrar el dominio de la norma estándar con la concienciación sobre la variación lingüística, condición necesaria para la formación del estudiante como sujeto dotado de plena ciudadanía lingüística.

Palabras clave: Enseñanza; Gramática normativa; Historiografía lingüística; Variación lingüística; Ciudadanía lingüística.

INTRODUÇÃO

O ensino de gramática normativa ocupa, há séculos, um lugar central — e frequentemente contestado — na educação lingüística brasileira. Apesar das

sucessivas propostas de renovação pedagógica, o modelo prescritivo, pautado na memorização de regras e nomenclaturas, ainda predomina nas salas de aula do país, resistindo às diretrizes curriculares que, ao menos desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998) e, mais recentemente, da Base Nacional Comum Curricular (2018), apontam para um ensino reflexivo e funcional da língua. Esse descompasso entre o que se propõe e o que se pratica configura um problema pedagógico de longa duração, cuja compreensão exige uma investigação sobre as raízes históricas e teóricas do modelo vigente.

É nesse quadro que o artigo *Gramática e ensino*, de Carlos Alberto Faraco, se torna uma referência indispensável. Por meio de uma metodologia historiográfica, Faraco traça a longa trajetória do ensino de gramática desde a Antiguidade clássica até os dias atuais, revelando como o caráter normativo e prescritivo desse ensino foi se cristalizando ao longo do tempo e por que ele ainda persiste nas escolas brasileiras, a despeito de milênios de tensões, rupturas e propostas alternativas.

O objetivo central deste estudo consiste em examinar as contribuições de Faraco para a compreensão do ensino de gramática normativa no Brasil, articulando-as com uma tradição crítica da linguística aplicada brasileira que vai das propostas fundadoras de Geraldi (1984) e Perini (1995) às contribuições mais recentes de Antunes (2014) e Neves (2025), a fim de defender um ensino normativo-funcional como condição para o exercício da cidadania linguística.

Para sustentar essa defesa, o artigo organiza-se em três movimentos. Primeiro, revisita-se o percurso historiográfico descrito por Faraco, identificando os postulados que moldaram o ensino de gramática e as tensões que esse percurso produziu. Em seguida, articula-se esse percurso com as perspectivas teóricas que propõem alternativas ao modelo tradicional, avaliando sua viabilidade nos diferentes contextos da educação básica. Por fim, examina-se a crise de identidade profissional do professor de Língua Portuguesa como obstáculo concreto à mudança de paradigma — dimensão que qualquer proposta de renovação precisa enfrentar para não permanecer apenas no papel.

REVISÃO DE LITERATURA

Para fundamentar a análise do artigo *Gramática e ensino*, de Carlos Alberto Faraco, esta seção revisita autores referenciados pelo próprio Faraco e outros que dialogam com a temática, estabelecendo o arcabouço conceitual necessário para compreender os desdobramentos discutidos nas seções seguintes.

Postulados históricos do ensino de gramática: interfaces possíveis

Faraco descreve a trajetória do ensino de gramática a partir de três postulados que nos revelam uma oscilação quanto a esse ensino, ora centralizado na perspectiva da norma tradicional, ora na valorização de práticas reais da linguagem, o que gera uma certa tensão no ambiente escolar, porque ainda não existe um modelo de ensino de gramática que alinhe objetivos, metodologia e métodos de estudo.

O primeiro postulado, representado pela pedagogia de Quintiliano, concebe a gramática como instrumento complementar e funcional, a serviço da formação do bom orador. A função da gramática era ajudar a falar e a escrever bem, tendo os poetas clássicos como modelo. Embora funcional em sua concepção, esse postulado revela um limite estrutural: sua aplicabilidade restringe-se à formação de uma elite letrada, sem considerar a diversidade linguística dos falantes nem as diferentes finalidades comunicativas que o ensino contemporâneo precisa contemplar.

O segundo postulado, representado pelo *Ratio Studiorum*, centraliza o ensino de gramática e tem como potencial a sistematização do conhecimento linguístico. No entanto, fragiliza-se pelo excesso de formalismo, pelo foco na memorização e pelo distanciamento do uso real da língua. É o postulado de maior resistência na prática escolar contemporânea — não por acaso, mas porque sua lógica se articula com a estrutura do livro didático, principal recurso disponível em grande parte das escolas brasileiras.

O terceiro postulado, de inspiração comeniana, desloca a gramática para um papel periférico, defendendo que a língua deve ser aprendida a partir de seus falantes e das práticas reais de uso, e não por meio de regras. Embora essa perspectiva recupere a centralidade das práticas de linguagem, fragiliza-se pela superficialidade e pela ausência de reflexão sistemática sobre a estrutura da língua — o que, levado ao

extremo, priva o estudante de ferramentas necessárias para o exercício consciente da linguagem.

O percurso desses três postulados evidencia que nenhum deles, isoladamente, responde às demandas do ensino de língua na contemporaneidade: o primeiro é funcionalmente limitado a um contexto elitista; o segundo cristaliza um formalismo descontextualizado; o terceiro negligencia a reflexão gramatical necessária à competência comunicativa plena. A crítica de Faraco ao modelo tradicional parte precisamente dessa constatação — e é também a partir dela que a linguística aplicada brasileira construiu, nas décadas seguintes, perspectivas teóricas que buscam superar essas limitações. São essas interfaces que se examina a seguir.

Geraldi (1984) inaugura uma das mais influentes dessas perspectivas ao propor que o ensino de língua portuguesa se organize a partir do texto e das necessidades reais de comunicação dos sujeitos. Em sua concepção, a gramática não é ponto de partida, mas objeto de conhecimento que emerge da reflexão sobre a língua em uso — o que o autor denomina prática de análise linguística. Essa perspectiva dialoga diretamente com a ruptura comeniana, mas a supera ao não abrir mão da sistematização: o texto é o ponto de entrada, não o fim do processo.

Perini (1995) propõe tratar o ensino de gramática como prática científica. Para o autor, o linguista observa a língua como ela é, e não como alguns acham que ela deveria ser (p. 21), o que implica ensinar a língua a partir de sua descrição real, evidenciando sua variação e estrutura em contraposição ao caráter meramente prescritivo. Em obra posterior, Perini (2010, p. 25) radicaliza essa posição ao afirmar que, se a gramática é uma disciplina científica, professores e estudantes precisam assumir as responsabilidades e as atitudes de cientistas. Essa perspectiva é inovadora e necessária, mas, como se discutirá nas análises, sua operacionalização apresenta desafios significativos, especialmente nos anos iniciais da educação básica.

Antunes (2014) e Neves (2025) desenvolvem, cada uma a seu modo, uma perspectiva funcional do ensino de gramática. Nessa abordagem, privilegia-se o estudo das funções sintáticas e textuais em contextos concretos, por meio de uma metodologia indutiva que leva o estudante a compreender o papel de cada estrutura linguística na produção de sentidos. Ao integrar forma e função, essa perspectiva

aproxima o ensino da gramática das práticas reais de leitura e escrita — e, diferentemente do postulado de Quintiliano, não restringe essa funcionalidade à formação de oradores ou à imitação de modelos clássicos, mas a coloca a serviço da competência comunicativa de todos os estudantes.

Embora distintas entre si, as três perspectivas convergem para a superação do ensino restrito à memorização e à identificação de nomenclaturas. Não se excluem: dependendo da etapa de ensino e dos objetivos pedagógicos, podem e devem ser integradas. O desafio — que este artigo retomará nas análises — é precisamente o de avaliar a viabilidade de cada uma nos diferentes contextos da educação básica brasileira e pensar as condições concretas que tornam essa integração possível.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, de caráter bibliográfico, ancorada na análise interpretativa de obras teóricas no campo da linguística e do ensino de língua portuguesa. Conforme Gil (2002, p. 44), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos, e tem como principal vantagem permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa modalidade é adequada ao presente estudo, cujo objetivo não é coletar dados empíricos, mas examinar, de forma crítica e interpretativa, a produção acadêmica que fundamenta o debate sobre o ensino de gramática normativa no Brasil.

O corpus desta pesquisa é constituído pelo artigo Gramática e ensino, de Carlos Alberto Faraco, que funciona como texto central de análise, e pelas seguintes obras de referência: O texto na sala de aula, de João Wanderley Geraldi (1984); Gramática descritiva do português e Gramática do português brasileiro, de Mário A. Perini (1995; 2010); Gramática contextualizada: limpando o "pó" das ideias simples, de Irandé Antunes (2014); e Gramática funcional: interação, discurso e texto, de Maria Helena de Moura Neves (2025). A seleção dessas obras considerou três critérios: relevância acadêmica e circulação consolidada no campo dos estudos linguísticos brasileiros; diálogo direto com as perspectivas críticas ao ensino prescritivo abordadas por Faraco; e pertinência em relação aos conceitos-chave

investigados — gramática normativa, norma-padrão, variação linguística e cidadania linguística.

Do ponto de vista procedimental, adotou-se uma abordagem descritivo-analítica organizada em dois movimentos complementares. No primeiro, de caráter descritivo, reconstituiu-se o percurso historiográfico do ensino de gramática a partir dos três postulados identificados por Faraco, mapeando continuidades e rupturas desde a Antiguidade clássica até o contexto escolar brasileiro contemporâneo.

No segundo, de caráter analítico e comparativo, as perspectivas teóricas de Geraldi, Perini, Antunes e Neves foram articuladas entre si e com esse percurso histórico, a fim de avaliar sua viabilidade como alternativas ao modelo prescritivo nas diferentes etapas da educação básica. A interpretação dos dados bibliográficos fundamentou-se no diálogo entre as fontes, buscando compreender tanto a permanência do modelo prescritivo quanto as possibilidades concretas de ressignificação do ensino de gramática em uma perspectiva normativo-funcional.

Não houve coleta de dados empíricos, uma vez que o foco do estudo reside na análise teórica e crítica da produção acadêmica selecionada.

ANÁLISES E RESULTADOS

A análise do artigo Gramática e ensino de Carlos Alberto Faraco, permitiu mapear as continuidades históricas, as rupturas teóricas e os desafios práticos que envolvem a transição do modelo tradicional de ensino de língua para perspectivas contemporâneas. Os resultados foram organizados em três categorias analíticas a saber:

Categoria 1 — A permanência do anacronismo e a crise do modelo tradicional

Os dados historiográficos levantados por Faraco demonstram que o modelo de ensino majoritariamente presente nas salas de aula brasileiras é reflexo da cristalização do Ratio Studiorum. Esse formato, focado na memorização e no formalismo descontextualizado, opera em descompasso com a realidade linguística dos estudantes, uma vez que prioriza o ensino da gramática pela gramática e não para a formação da competência linguística.

A persistência desse paradigma, embora em crise, decorre de fatores estruturais que se reforçam mutuamente. O primeiro é a dependência simbiótica do livro didático: diante da escassez de recursos nas escolas públicas — falta de papel, impressoras e espaços interativos —, esse recurso torna-se o único balizador do currículo e, mesmo atualizado, ainda privilegia atividades de classificação e memorização de nomenclaturas gramaticais descontextualizadas. O segundo fator é o esvaziamento utilitarista do ensino da língua: pressionadas pelas redes educacionais a apresentarem resultados em avaliações externas, as escolas reduzem o currículo de Língua Portuguesa ao reconhecimento de estruturas composicionais e ao treino engessado de resolução de questões. O estudante pode alcançar notas satisfatórias, mas não desenvolve a capacidade de reconhecer a língua como um sistema organizado nem de transitar conscientemente entre diferentes práticas sociais.

Faraco argumenta que esse ensino confunde dominar a gramática com dominar a língua. Trata-se de um ensino fechado, que não desenvolve nos estudantes a consciência sobre a organização da estrutura linguística — não é, portanto, episteme. Esse modelo é resultado da forma como o ensino de gramática se instituiu ao longo das reformas educacionais brasileiras, ancorado nas gramáticas escolares do século XX que se tornaram referência e cujo peso simbólico persiste até hoje.

Categoria 2 — O diálogo entre os postulados históricos e as propostas alternativas: limites e possibilidades

A análise comparativa dos três postulados históricos descritos por Faraco, articulada às perspectivas teóricas da linguística aplicada brasileira, revela tanto os limites de cada modelo quanto as possibilidades de superação que as propostas contemporâneas oferecem.

O postulado de Quintiliano, embora funcional em sua concepção, demonstra seu limite quando transposto para o contexto atual. Nas práticas de ensino de redação, por exemplo, o foco exclusivo nas competências referentes à norma-padrão, à coesão e à coerência pode levar o estudante a alcançar desempenho satisfatório em avaliações, sem que desenvolva a capacidade de aprofundar e sustentar seu

argumento. O ensino da língua, nesse caso, limita-se à sua superfície normativa, sem alcançar o exercício pleno da competência comunicativa. É precisamente esse limite que a perspectiva funcional de Antunes (2014) e Neves (2025) busca superar: ao privilegiar as funções sintáticas e textuais em contextos concretos, o ensino funcional não restringe a gramática à formação de bons oradores, mas a coloca a serviço da competência comunicativa de todos os estudantes, em todas as etapas.

O postulado do *Ratio Studiorum* é o mais resistente na prática escolar contemporânea, como já demonstrado na categoria anterior. A proposta de Perini (1995; 2010) representa a ruptura mais radical com esse modelo: ao tratar a gramática como disciplina científica, exige que professores e estudantes assumam a postura de investigadores da língua, e não de executores de regras. Essa perspectiva é urgente e necessária para ressignificar o ensino, mas apresenta complexidade de operacionalização que a torna de difícil aplicação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, podendo ampliar lacunas de aprendizagem se não for cuidadosamente mediada.

O postulado comeniano encontra defensores no cenário atual: há correntes que corroboram um ensino voltado exclusivamente ao desenvolvimento das práticas de leitura, escrita e oralidade, com a gramática em segundo plano. Essa orientação tem sido adotada em muitas escolas, mas prescindir do estudo gramatical sistematizado implica abrir mão de um recurso necessário para o exercício consciente da linguagem. Não se defende aqui que o ensino de gramática seja condição suficiente para uma escrita de excelência — sustenta-se, porém, que aprender a usar a gramática da língua configura-se como recurso necessário para que o sujeito transite entre diferentes práticas sociais e exerça plenamente sua cidadania linguística. É aqui que a perspectiva de Geraldi (1984) oferece a síntese mais equilibrada: ao organizar o ensino a partir do texto e das necessidades reais de comunicação, recupera a centralidade das práticas de linguagem sem abrir mão da reflexão gramatical sistemática.

No ensino médio, esse cenário se traduz na redução da gramática ao estudo de conjunções e advérbios como operadores textuais, de pronomes como elementos coesivos e de eventuais questões de regência e concordância verbal. A semântica ganha algum espaço pela exploração dos efeitos de sentido no contexto, e as

variedades linguísticas são abordadas a partir das noções de formalidade e informalidade. Cabe ao docente o papel de integrar o estudo gramatical à prática pedagógica de forma reflexiva — e é precisamente a ausência de condições para exercer esse papel que a terceira categoria examina.

A análise comparativa dessas matrizes teóricas revela que elas não se excluem, mas possuem aplicabilidades e limitações distintas ao longo da educação básica, conforme sintetiza o Quadro 1.

Quadro 1: Teorias do ensino de gramática: foco e aplicabilidade no contexto escolar

Teoria	Foco principal	Aplicabilidade / Limitações no Contexto Escolar
Gramática como Ciência (Perini, 1995, 2010)	Desenvolvimento do raciocínio lógico-linguístico; postura de investigação e descrição da língua real.	Urgente, porém complexa. Mostra-se de difícil operacionalização nos anos iniciais do Ensino Fundamental, correndo o risco de ampliar lacunas se não for bem mediada.
Reflexão sobre a Língua em Uso (Geraldi, 1997)	Estudo gramatical a partir do texto e das necessidades reais de comunicação do sujeito.	Viável. Alinha-se diretamente às diretrizes curriculares nacionais (como a BNCC, 2018), permitindo acolher a variação linguística do aluno.
Ensino Funcional (Antunes, 2014; Neves, 2025)	Abordagem indutiva; compreensão do papel das estruturas sintáticas na produção de sentidos.	Viável. Integra o para quê das estruturas ao desenvolvimento da competência comunicativa plena.

Fonte: Elaborado com base em Perini (1995), Geraldi (1997), Antunes (2014) e Neves (2025)

O quadro evidencia que as teorias contemporâneas sobre o ensino de gramática convergem para compreender a língua como prática social e não apenas como conjunto de regras. Dependendo da etapa de ensino e dos objetivos pedagógicos, essas três concepções podem e devem ser integradas — o que, contudo, exige condições que a realidade docente brasileira frequentemente não oferece.

Categoria 3 — A implementação das novas teorias diante da crise de identidade do professor de Língua Portuguesa

A terceira categoria analisada revela que a transformação do ensino de gramática encontra um obstáculo concreto que transcende a esfera teórica: a crise de identidade profissional do professor de Língua Portuguesa. Esse docente já não se reconhece em sua prática em virtude da falta de autonomia para planejar e, sobretudo, pela precarização do trabalho: fragmentação da carga horária e do próprio componente curricular, engessado com apostilas e programas prontos da rede de

ensino, além do excesso de testes avaliativos. Esse cenário de tensão impossibilita a implementação das propostas de Faraco (2008), Perini (1995) ou Geraldi (1984) de um ensino de gramática ressignificado.

Ademais, o tom academicista com que as propostas de renovação são apresentadas frequentemente invalida o saber prévio do professor, afetando sua autoestima pedagógica. Como a formação inicial da maioria dos docentes foi tradicional, a transição para um ensino normativo-funcional exige uma política sólida de formação continuada. Sem caminhos metodológicos claros e palpáveis, o docente tende a recuar para o modelo em que foi ensinado, perpetuando o ciclo da reprodução. Um caminho possível para dirimir essa questão seria oportunizar ao professor refletir sobre sua concepção de ensino de gramática, autoavaliar-se e decidir o que valida ou não em sua prática pedagógica.

As três categorias analisadas revelam, em conjunto, a urgência e a complexidade da transformação do ensino de gramática no Brasil. O anacronismo do modelo tradicional demonstra que ensinar gramática pela gramática já não responde às demandas comunicativas dos estudantes nem contribui para sua inserção crítica na sociedade. As propostas alternativas de Geraldi, Perini, Antunes e Neves indicam que há caminhos teóricos viáveis para superar esse modelo, desde que aplicados de forma articulada e contextualizada às diferentes etapas da educação básica. Por fim, a crise de identidade do professor de Língua Portuguesa evidencia que nenhuma mudança de paradigma se efetiva sem que o docente seja reconhecido como agente central desse processo, com formação continuada, autonomia pedagógica e condições materiais de trabalho. É precisamente na articulação dessas três dimensões — histórica, teórica e profissional — que se sustenta a defesa de um ensino normativo-funcional capaz de equilibrar o domínio da norma-padrão com a consciência sobre a variação linguística, condição essencial para que o estudante exerça plenamente sua cidadania linguística.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Nada do que diz respeito à gramática fará mal, salvo o que for inútil." Com essa afirmação, Quintiliano (Livro I, cap. VII, 34), citado por Faraco, oferece uma síntese

que atravessa milênios e permanece provocadora: o problema não é ensinar gramática, mas ensiná-la de forma inútil. É precisamente esse o diagnóstico que este estudo buscou aprofundar — e é a partir dele que se sustenta a defesa de um ensino normativo-funcional como condição para o exercício da cidadania linguística.

A análise empreendida permitiu demonstrar, a partir de três dimensões articuladas, por que o ensino de gramática precisa ser ressignificado. O percurso histórico revelou a cristalização de um modelo ancorado na memorização e no formalismo descontextualizado — herdeiro direto do *Ratio Studiorum*, resistente às rupturas e ainda dominante nas salas de aula brasileiras. O diálogo com as perspectivas de Geraldi, Perini, Antunes e Neves mostrou que há caminhos teóricos viáveis para superar esse modelo, desde que aplicados de forma articulada e contextualizada às diferentes etapas da educação básica. E a análise das condições concretas do trabalho docente evidenciou que nenhuma mudança de paradigma se efetiva sem que o professor seja reconhecido como agente central desse processo, com formação continuada, autonomia pedagógica e condições materiais de trabalho.

Dessas três constatações decorrem implicações práticas que este estudo julga fundamentais. Da primeira, a urgência de romper com o ensino da gramática pela gramática — substituindo a memorização de nomenclaturas pelo desenvolvimento da competência comunicativa. Da segunda, a necessidade de que as redes de ensino e os programas de formação docente incorporem, de forma explícita e viável, as perspectivas reflexiva, científica e funcional — não como modas pedagógicas, mas como respostas teoricamente fundamentadas a um problema de longa duração. Da terceira, o imperativo de investir na formação continuada do professor de Língua Portuguesa, garantindo-lhe não apenas acesso a novas abordagens, mas os caminhos metodológicos concretos e os recursos didáticos necessários para que a mudança saia do papel e chegue às salas de aula.

Reconhece-se que este estudo, de natureza bibliográfica, não esgota o debate. A viabilidade das perspectivas teóricas examinadas nos diferentes contextos da educação básica brasileira — com suas assimetrias regionais, suas carências estruturais e sua diversidade linguística — permanece como questão aberta, a ser investigada por pesquisas empíricas que tomem a sala de aula como campo. O que este artigo oferece é o arcabouço argumentativo para sustentar que o ensino

normativo-funcional não é uma utopia acadêmica, mas uma condição necessária — e alcançável — para que o estudante brasileiro exerça plenamente sua cidadania linguística.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Irandé. **Gramática contextualizada: limpando o "pó" das ideias simples**. São Paulo: Parábola, 2014.

COMÊNIO, Jan Amós. **Didactica Magna**. Tradução de Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. **Norma culta brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola, 2008.

FARACO, Carlos Alberto. Gramática e ensino. **Diadorim: Revista de Estudos Linguísticos e Literários**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 11–26, 2017. DOI: 10.35520/diadorim.2017.v19n2a14443. Disponível em: Revista Diadorim – Gramática e ensino. Acesso em: 1 jun. 2026.

GERALDI, João Wanderley. **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2025.

PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

PERINI, Mário A. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

QUINTILIANO, Marco Fábio. **Instituição oratória**. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora da Unicamp, 2015. v. 1. QUINTILIANO, Marco Fábio. *Instituição oratória*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. Campinas: Editora da Unicamp, 2016. v. 2.